

RELATÓRIO DE MISSÃO OFICIAL CONJUNTA

18 de fevereiro de 2022

Pernambuco

Assassinato da criança Jonatas de Oliveira dos Santos, no Engenho Roncadorzinho, município de Barreiros/PE

Parte I – Descrição da Missão Oficial

Fundamento: a Missão Oficial foi aprovada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, no bojo do Processo Edoc nº 276.413/2022, em razão do assassinato de Jonatas de Oliveira dos Santos, de 9 anos, ocorrido no Engenho Roncadorzinho. No Senado Federal, a Diligência encontra suporte no Requerimento n. 11, de 2022, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Barreiros, Pernambuco, com o objetivo de acompanhar as investigações do assassinato da criança Jonatas de Oliveira dos Santos, morta a tiros quando sua casa foi invadida no Engenho Roncadorzinho”.

A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, representada pelas deputadas das Juntas que presidem o colegiado, Carol Vergolino e Joelma Carla e pelos membros Deputados Eriberto Medeiros e João Paulo, também compôs a Missão Oficial.

Participantes: agricultores do Engenho Roncadorzinho; Plácido Júnior CPT Gabriella Santos, Geovani Leão, da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Lenivaldo Marques, Advogado da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese

de Recife e Olinda; Cícera Nunes, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE); Jaime Amorim, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST); Antônio Timóteo, Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR); Isaías Honorato, Prefeito de Tamandaré; Gilvan Antunes, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais de Pernambuco (FETAPE); Marcone, Partido dos Trabalhadores de Sirinhaém; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaqueira; Rio Formoso; Sirinhaém; Palmares; Belo Jardim; Agricultores dos Engenhos Fervedouro, Barro Branco e Batateiras; Engenho Serra Azul Velho e Canoinha; Padre Antônio Guilherme, Pároco de Barreiros; Marlene, Secretaria de Saúde de Barreiros; Deputado Estadual João Paulo Lima e Silva, Deputado Estadual Isaltino Nascimento, Líder do Governo na ALEPE; Deputado Estadual Doriel Barros, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da ALEPE; Vereadora de Recife Liana Cirne Lins; Codeputadas JUNTAS Carol Vergolino, Joelma Carla; Vivian Farias, Comissão de Violência Pública da Fundação Perseu Abramo.

Comitiva: Integrada pelo Deputado Carlos Veras, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Senador Humberto Costa, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; por Adla Micheline, assessora.

A Missão Oficial contou com o apoio do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados.

Parte II - Atividades realizadas

Sexta-feira, 18/02/2022, às 9h30

2.1. Reunião na área coletiva do Engenho Roncadorzinho, para oitiva dos trabalhadores rurais presentes no evento

Na ocasião, a comitiva foi acompanhada da Juíza Renata Nóbrega, da Associação de Juizes para a Democracia; do Promotor de Justiça Agrário de Pernambuco, Sr. Edson Guerra; da Sra. Isabel Batista Paixão, Defensora

Pública Estadual/Núcleo Habitacional/Recife; e do Sr. André Pinheiro Cruz, Defensor Público Estadual/Barreiros.

Diversas crianças e adultos presentes no evento, vestindo camisetas com foto de Jonatas estampada, e com cartazes em mão, clamavam por justiça e pelo fim da violência no campo.

Muitos agricultores e lideranças de trabalhadores rurais, além de autoridades, se manifestaram a respeito do clima de insegurança na região e da ausência no Poder Público na efetivação do programa de reforma agrária em Pernambuco, conforme abaixo:

Sr. Cícero Fabrício da Silva, conhecido por 'Gogó', vice-presidente da Associação do Engenho Roncadorzinho: pediu agilidade nas investigações da morte de Jonatas de Oliveira dos Santos. Relatou que as pessoas do engenho estão muito assustadas; pediu que a polícia faça segurança no local para garantir a integridade física dos moradores, pois se sentem ameaçados e têm medo de falar. Disse que pessoas ligadas à Usina Javari, arrendatária do Engenho Roncadorzinho, de propriedade da Massa Falida da Usina Santo André, pulverizam agrotóxicos nas plantações dos agricultores; que, numa ocasião, jogaram veneno na água consumida pelos moradores. Os fatos foram registrados em ocorrência na Delegacia de Polícia Civil de Barreiros; disse que a FETAPE contratou peritos que emitiram laudo confirmando a existência de veneno na água, mas não tiveram resposta sobre as medidas adotadas pela Polícia Civil. Reclamou que os agricultores vivem apreensivos com a ameaça de despejo, cuja ordem judicial é favorável à Usina Javari, que deseja despejar os agricultores que residem no local há mais de 50 anos.

Sr. Severino Ramos, Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Barreiros: prestou solidariedade aos moradores do Engenho Roncadorzinho.

Sr. Antônio Cícero, representante da Comunidade do Engenho Barro Branco, em Jaqueira: pediu providências para acabar com a violência praticada contra os posseiros da comunidade Barro Branco. Relatou histórico de violência, supostamente praticada por empregados de empresa de segurança contratada pela Agropecuária Mata Sul S/A contra trabalhadores rurais e posseiros da comunidade Barro Branco, antiga área da Usina Frei Caneca; relatou que em 22/04/2021, pessoas encapuzadas e armadas, utilizando spray de

pimenta e com cães de guarda, teriam chegado na referida comunidade, em motos e um carro, disparando tiros para o chão e para o alto, apontado armas para a cabeça e tórax de alguns agricultores que estavam roçando suas plantações; a ação violenta teria durado cerca de dez minutos. Denunciou que em 29/04/21, supostos empregados da referida empresa, acompanhados de seguranças privados e de policiais militares, teriam destruído aproximadamente 40 mil pés de banana; disse que em 30/04/2021, empregados da Empresa Agropecuária Mata Sul S/A, valendo-se de liminar concedida no bojo da ação de reintegração de posse nº 0000078-55.2020.8.17.2940, apoiadas por policiais militares e por oficial de justiça, além de executarem a aludida liminar outrora concedida -- mas suspensa em razão da pandemia de Covid-19 -- teriam extrapolado os limites da ordem, cercando as áreas de plantio e os acessos à água dos agricultores; denunciou que no mesmo dia 30/04/21 teriam estado novamente no local, ameaçando destruir lavouras e retirar os antigos posseiros de suas moradias e posses, algumas das quais datam de mais de 100 anos. Estas denúncias teriam sido objeto de providências adotadas, à época dos fatos, pela CDHM. Pediu que os órgãos fundiários (Incrá e/ou Iterpe) adotem as medidas urgentes para regularizar a situação dos moradores do Engenho Barro Branco, e que o Governo do Estado adote as medidas pertinentes para acabar com a violência no campo.

Professora Vanessa Oliveira, do Engenho Batateiras, em Maraiá: disse ter sido incluída no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Pernambuco. As ameaças de morte recebidas seriam em razão de sua atuação para regularização das 50 famílias que residem, há mais de 70 anos, no Engenho Batateiras, no município de Maraiá. As famílias são assistidas pela CPT e no local exercem atividade agropecuária e plantam laranja, banana, acerola, graviola, mandioca, batata, entre outros alimentos, além de criarem animais. Disse que a área tem 960 hectares; relatou que no registro de imóveis consta averbação de que se trata de grande propriedade rural improdutiva; relatou que a titularidade do imóvel já passou por diferentes pessoas, mas a posse dessas famílias jamais teria sido discutida. Denunciou que seguranças privados e fortemente armados impedem a locomoção dos trabalhadores, ameaçam de morte os agricultores, destroem cercas e plantações, derrubam árvores nativas, interditam e destroem estradas de acesso à área. As ilegalidades são denunciadas, mas não têm resultados positivos no sentido de cessar a violência. Relatou que em 24/12/2020, pessoas teriam apontado armas para o seu esposo, a mando de quem se diz “dono” do

Engenho Batateiras; na sua avaliação, seria dono apenas de parte desse Engenho e não dele todo. Disse que no local, das 42 famílias, atualmente só restam 10, pois a maioria foi embora por medo das ameaças de morte que sofrem constantemente. Denunciou que, apesar de estar incluída no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Pernambuco há necessidade de ampliação da segurança; relatou que no dia 02/01/2022 pessoas tentaram entrar na sua residência. Relatou temer pela vida de sua filha de 13 anos, sobretudo após o ocorrido com Jonatas de Oliveira dos Santos; pediu providências da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos no que tange à ampliação de sua segurança física. Declarou que o ITERPE se comprometeu em fazer estudos e georreferenciamento do Engenho Barro Branco para regularizar a situação dos posseiros, mas, até o momento, não há respostas sobre tal. Pediu providências do Poder Público para cessar a violência e regularizar a posse dos agricultores.

Sr. José Adriano, Presidente da Associação do Engenho Fervedouro, em Jaqueira: cerca de 75 famílias posseiras ocupam o Engenho Fervedouro. A empresa Agropecuária Mata Sul S/A reivindica, desde 2015, a posse do local que mede, aproximadamente, 5.000 hectares e engloba as comunidades do Fervedouro, Barro Branco, Rampa, Laranjeiras, Caixa D'Água, Guerra, Várzea Velha, Guerra e outras. A empresa Agropecuária Mata Sul S/A é arrendatária das terras da Usina Frei Caneca, que funcionava no local e foi à falência, deixando inúmeros trabalhadores sem receber suas verbas rescisórias trabalhistas, cujos processos tramitam na Justiça do Trabalho de Pernambuco. Muitos moradores, que foram funcionários da usina, residem no local há mais de 60 anos, desde a época que trabalhavam na usina. Pediu providências quanto às ameaças de morte e ilegalidades praticadas pelos seguranças armados que atuam no local. Relatou que o caso já foi denunciado a diversos órgãos públicos, porém, os agricultores percebem que o problema se agrava sem adoção de providências. Citou o atentado sofrido em 16/07/2020 pelo agricultor Edeilson Alexandre Fernandes da Silva, morador do Engenho Fervedouro, alvejado por sete tiros. Pediu providências do Poder Público para cessar a violência e regularizar a posse dos agricultores.

Sr. Diógenes, representante da Comunidade do Engenho Canoinha, em Tamandaré: denunciou que os moradores do Engenho Canoinha têm sofrido ameaças de expulsão e atos de violência contra si e contra seus territórios. Pediu providências do Poder Público para cessar a violência e regularizar a posse dos agricultores.

Sr. José Ailton, representante da Comunidade do Engenho Serra Azul Velho, em Palmares: disse que aproximadamente 240 famílias residem no local, numa área de cerca de 1.500 hectares, há mais de 60 anos, aguardando providências do Incra e/ou do Iterpe para regularizar suas posses. Afirmou que outras 30 famílias foram assentadas pelo Incra, numa área de aproximadamente 500 hectares do Projeto de Assentamento Engenho Serra Azul, limítrofe à área da comunidade.

Sr. Gilvan Antunes, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais de Pernambuco (FETAPE): prestou solidariedade aos moradores do Engenho Roncadorzinho.

Sr. Plácido Júnior, da Comissão Pastoral da Terra: relatou que a morte de Jonatas de Oliveira dos Santos, de 9 anos, expôs de forma explícita, a violência que acontece na região da Zona da Mata. Citou a publicação da FETAPE intitulada “Açúcar Com Gosto de Sangue”, contendo dados históricos sobre a violência no campo e a insistência patronal em descumprir os dissídios coletivos e em impedir que os trabalhadores utilizassem a ação sindical e a justiça do trabalho na defesa de seus interesses, produzida no final da década de 1970-início da década de 1980, que aponta cerca de 40.000 sítios destruídos na Zona da Mata, para permitir a expansão da cana de açúcar na região, em decorrência do programa PROÁLCOOL (1975), o que ocasionou a expansão da cana de açúcar e, para que ela acontecesse, muitas famílias foram expulsas do campo. Declarou possível relação de causalidade com a chegada de indústria frigorífica no município de Canhotinho, aumentando a necessidade de criação de gado para pecuária de corte. Destacou que a planta industrial prevê o abate de 500 REIS (VACAS) por dia e que informações dão conta de que, tanto na região Agreste quanto na região da Zona da Mata pernambucana, não há capacidade para suportar esse abate diário de 500 cabeças de gado. Relatou que as terras das usinas falidas e consideradas “improdutivas” estão sendo especuladas pelo setor imobiliário, por empresas agropecuárias e por empresários da região. Citou, como exemplo, o caso do Engenho Barro Branco, antiga área da Usina Frei Caneca, onde os empregados da empresa de segurança Agropecuária Mata Sul S/A invadem as terras dos camponeses, destroem casas, os expulsam e praticam diversos atos de intimidação de violência física e psicológica contra os agricultores. Citou a existência de uma “lista de ameaçados de morte”, reforçando que, de 35 camponeses (as) ameaçados de morte em Pernambuco, 21 são da zona da Mata Sul, cujo assunto foi, inclusive, objeto de providências anteriores adotadas pela CDHM que

remeteu ofícios ao Secretário de Defesa e Segurança Pública de Pernambuco. Relatou que levantamento realizado pelo próprio Estado de Pernambuco identificou que a antiga Usina Frei Caneca deve aos cofres públicos mais de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Assim, todo o patrimônio da Ex-Usina Frei Caneca não é suficiente para pagar o que deve ao erário, incumbindo ao Estado arrecadar essas terras em troca das dívidas e/ou desapropriá-las. Citou que no caso do Engenho Roncadorzinho, a situação é similar, mas envolvendo a Usina Santo André, que o arrendou à Usina Javari, que, por sua vez, ingressou com pedido de reintegração de posse, já deferido pelo Juízo da Comarca de Barreiros (Processos 270-18.2019.8.17.2230 e 088-66.2018.8.17.2230), atualmente sobrestados em razão, além de diretrizes internacionais e da pandemia de COVID-19, de decisão do Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, na ADPF 828/DF, que determinou a suspensão pelo prazo de 6 meses de medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis. Pediu providências para que as terras que pertenciam à Usina Frei Caneca sejam arrecadas pelo Estado de Pernambuco, em razão dos altos valores dos débitos tributários existentes. Pediu que, no caso do homicídio de Jonatas de Oliveira dos Santos, a investigação seja feita de forma imparcial e isenta e sem declarações precitadas das autoridades competentes.

Sra. Isabel Batista Paixão, Defensora Pública Estadual – Núcleo de Habitação/Recife: relatou que os conflitos agrários e fundiários da região da Mata Sul, inclusive do Engenho Roncadorzinho, são acompanhados pela Defensoria Pública e se colocou à disposição para adoção das medidas que entenderem pertinentes.

Sra. Cícera Nunes, Presidente da FETAPE: relatou que este seria o pior momento para questões que afetam os direitos sociais e de todos os direitos da classe trabalhadora, que têm sido reiteradamente negados. Disse, em nome da FETAPE, que a luta nunca deixou de existir e que não é mais possível permitir que vidas sejam ceifadas.

Sr. Jaime Amorim, Coordenação Nacional do MST: atentou que a situação atual na zona rural de Pernambuco é similar ao que aconteceu na época do Brasil-Colônia, no que tange aos aspectos históricos do feudalismo e do capitalismo. Manifestou preocupação com supostas fraudes nos leilões de áreas rurais das usinas falidas.

Denunciou articulação para as compras de áreas com fazendeiros, com suposta “aliança” com grupos paramilitares que “fazem a limpeza da terra” (após a compra da terra no leilão, “jagunços” seriam contratados para retirar, muitas vezes à força, os “moradores” do local). Denunciou que tais negociações, supostamente fraudulentas, ocorrem em áreas rurais da região da Mata Sul, como, por exemplo, no município de Gameleira: Sítio do Meio, Alegre I e Alegre II; na Região da Mata Norte: caso da Usina Maravilhas; descreveu que os fazendeiros compram as terras por valores ínfimos, apossando-se delas e expulsando, com seus “jagunços”, os trabalhadores que ali vivem há anos. Pediu providências urgentes para suspender todos os leilões de terras das usinas falidas do Estado de Pernambuco, como, por exemplo, da Usina Estreliana, da Usina Frei Caneca, da Usina Maravilhas, da Usina Cruangi e outras usinas do município de Amaraji.

2.2. Reunião na Secretaria Municipal de Educação de Barreiros

Sexta-feira, 18/02/2022, às 12h30

Participantes: agricultores do Engenho Roncadorzinho; Movimentos Sociais (Comissão Pastoral da Terra (CPT), Plácido Júnior, Gabriella Santos, Geovani Leão; Lenivaldo Marques, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Recife e Olinda; Sra. Cícera Nunes, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE); Sr. Jaime Amorim, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST); Sr. Antônio Timóteo, Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR); Padre Antônio Guilherme, Pároco de Barreiros; Deputados Estaduais Isaltino Nascimento e Doriel Barros; Vereadora de Recife Liana Cirne Lins; Codeputadas/JUNTAS Carol Vergolino, Joelma Carla; Vivian Farias, da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Recife; Juíza Renata Nóbrega, da Associação de Juízes para a Democracia; Edson Guerra, Promotor de Justiça Agrário de Pernambuco; e Sra. Isabel Batista Paixão, Defensora Pública Estadual/Núcleo Habitacional/Recife; Sr. André Pinheiro Cruz, Defensor Público Estadual/Barreiros.

Comitiva: Integrada pelo Deputado Carlos Veras, presidente da CDHM-CD; Senador Humberto Costa, Presidente da CDH-SF; por Adla Micheline, assessora da CDHM-CD.

Foram recebidos pelo Sr. João Batista, Vice-Prefeito de Barreiros; Sr. Júlio Elihimas, Promotor de Justiça de Barreiros; e Sra. Onilda Belo, Secretária Municipal de Educação de Barreiros.

O Sr. João Batista, Vice-Prefeito: relatou que o Poder Municipal está mobilizado desde o dia do assassinato de Jonatas (10/02/2022), prestando assistência integral à comunidade; disse que em razão do choque traumático, no primeiro momento, o pai e a mãe de Jonatas negaram assistência psicológica, mas que as autoridades permanecem à disposição dos familiares para atendimento, inclusive emergencial; relatou que o Município teria disponibilizado aos pais e aos moradores o contato de todos os secretários municipais; disse que uma equipe da Polícia Militar está no Engenho Roncadorzinho diuturnamente, onde permanecerá pelo período de 6 meses, para proteção dos moradores; disse que distribuiu cestas de alimentos para a comunidade do Engenho Roncadorzinho; disse que a Assistência Jurídica, apoiada pelo CREAS, está disponível para atendimento dos familiares e dos moradores da comunidade.

A Sra. Onilda, Secretária Municipal de Educação: destacou a atuação das duas professoras que ministram aulas na comunidade Roncadorzinho, as quais tentam minimizar o sentimento de terror e medo plantado nas crianças desde a morte de Jonatas; disse que a escola que atende à comunidade foi reformada recentemente.

O Sr. Júlio Elihimas, Promotor de Justiça da Comarca de Barreiros: disse que o Ministério Público está avaliando a possibilidade de pedir que os familiares de Jonatas sejam incluídos no Programa de Proteção a Testemunhas; relatou que acompanha as investigações da Polícia Civil, mantendo contato permanente com o Delegado que preside o inquérito policial instaurado para apurar as circunstâncias da morte de Jonatas; disse que acompanha todas as diligências da Polícia Militar sobre o caso; reforçou que uma equipe da Polícia Militar está no Engenho Roncadorzinho diuturnamente, onde permanecerá pelo período de 6 meses, para proteção dos moradores; descreveu a possibilidade de o caso estar ligado a atuação de um grupo de extermínio; que as investigações estão 50% concluídas; que não pode prestar outros esclarecimentos mais detalhados em razão do sigilo das atividades.

2.3. Reunião no Palácio do Governo de Pernambuco, com a presença do Governador Paulo Câmara

Sexta-feira, 18/02/2022, às 16h30

Participantes: Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Paulo Augusto de Freitas Oliveira, Procurador-Geral de Justiça; Sra. Natália Soares, Procuradora da República do MPF de Pernambuco; Sr. Humberto Freire de Barros, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; Sr. Eduardo Gomes de Figueiredo, Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco; Sr. Renan Castro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Pernambuco; Sr. Jose Fabricio Silva de Lima, Defensor Público-Geral do Estado de Pernambuco; Sr. Henrique Queiroz, Presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE); agricultores do Engenho Roncadorzinho; Movimentos Sociais Srs. Plácido Júnior e Geovani Leão e Sra. Gabriella Santos, Comissão Pastoral da Terra (CPT); Maria Júlia Alessio, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Recife e Olinda; Sra. Cícera Nunes, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE); Sra. Rosenice Josefa, Diretora do Meio Ambiente da Fetape; Sra. Gleiciane de Souza e Sra. Gabriela Torres assessoras da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE); Sr. Jaime Amorim, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST); Deputado Estadual Isaltino Nascimento, Líder do Governo na ALEPE; Deputado Estadual Doriel Barros, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da ALEPE; Vereadora de Recife Liana Cirne Lins; Codeputadas-JUNTAS Carol Vergolino, Joelma Carla, Jô Cavalcante; Vivian Farias, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da ALEPE.

Comitiva: Integrada pelo Deputado Carlos Veras, presidente da CDHM-CD; Senador Humberto Costa, presidente da CDH-SF; por Adla Micheline, assessora da CDHM-CD.

Deputado Carlos Veras, presidente da CDHM-CD: descreveu ao Governador Paulo Câmara que a Missão Oficial tem os seguintes encaminhamentos: **a)** acompanhar o trâmite das investigações da morte de Jonatas de Oliveira dos Santos, de 9 anos, ocorrido no Engenho Roncadorzinho, no dia 10/02/22; **b)** ressaltou que apresentou o PL 4522/2021, que dispõe sobre a penhora, arresto e adjudicação de imóveis rurais para destinação à reforma agrária no âmbito das execuções fiscais; **c)** solicitar ao Presidente do Tribunal de Justiça

de Pernambuco a reativação dos trabalhos da Comissão de Conflitos Agrários do Tribunal de Justiça, reiterando o pedido de audiência outrora formulado, mas, por contratempos nas agendas, não foi possível realizar nesta Missão Oficial; **d)** reforçando os pedidos do Deputado Estadual Isaltino Nascimento e da Presidente da Fetape, Cícera Nunes, solicitar ao Governador de Pernambuco a criação de uma Delegacia de Polícia Civil e da Polícia Militar Especializada em Conflitos Agrários, o que facilitará a interlocução com movimentos sociais; **e)** solicitar empenho do Governo Estadual para resolver os conflitos agrários e o clima de tensão na zona rural de Pernambuco; **f)** solicitar agendamento de audiência remota com o Juiz de Direito da Comarca de Barreiros, para tratar da reintegração de posse do Engenho Roncadorzinho; **g)** solicitar agendamento de audiência com a Síndica da Massa Falida da Usina Santo André, para tratar sobre o processo judicial de reintegração de posse do Engenho Roncadorzinho; **h)** solicitar agendamento de audiência com o Presidente do CNJ, a respeito das denúncias de supostas fraudes em leilões de áreas rurais de propriedade de empresas ou engenhos falidos.

Senador Humberto Costa, presidente da CDH-SF: destacou que a violência no Engenho Roncadorzinho, assim como na zona rural de Pernambuco, gerou pânico, medo e terror, fazendo com que as pessoas desistam daquilo que é o melhor para o seu povo; relatou que levará ao Parlamento o conflito agrário em Roncadorzinho, cujos moradores não tiveram os seus direitos reconhecidos. Pediu empenho do Governo Estadual para resolver os conflitos agrários e o clima de tensão na zona rural de Pernambuco.

Deputado Estadual Isaltino Nascimento, Líder do Governo na ALEPE: Pediu que o governador de Pernambuco realize reunião, na semana de 21 a 25/02/2022, com a presença de lideranças de movimentos sociais rurais, de Secretários de Estado, das Defensorias Públicas da União e do Estado e da Promotoria de Justiça Agrário de Pernambuco, para definir uma forma de resolver os conflitos agrários e o clima de tensão na zona rural de Pernambuco. Pediu que o Governador de Pernambuco crie a Delegacia de Polícia Civil e a Polícia Militar Especializadas em Conflitos Agrários, facilitando a interlocução com movimentos sociais.

Deputado Estadual Doriel Barros, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da ALEPE: disse que o seu mandato atuará de forma intensa para agilizar a prisão dos envolvidos na morte de Jonatas de

Oliveira dos Santos; pediu empenho do Governador Paulo Câmara para resolver os conflitos agrários e o clima de tensão na zona rural de Pernambuco.

Representes dos Movimentos Sociais Rurais, Sr. Plácido Júnior, da Comissão Pastoral da Terra; Sra. Cícera Nunes, Presidente da FETAPE; e Sr. Jaime Amorim, Coordenação Nacional do MST: reiteraram o que foi dito durante a reunião realizada no Engenho Roncadorzinho; pediram providências do Governo do Estado de Pernambuco para resolver os conflitos agrários e agilizar o programa de reforma agrária; pediram suspensão dos leilões realizados com autorização da Justiça do Trabalho envolvendo terras das usinas falidas do Estado de Pernambuco.

Sr. André Carneiro Leão, Defensor Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DPU): destacou que os conflitos na Região da Mata Sul de Pernambuco, especialmente na região do município de Jaqueira, como, por exemplo, nas comunidades Barro Branco e Fervedouro, são acompanhados pela DPU. Manifestou preocupação quanto à eventual investigação acelerada e uma precipitação na localização e identificação de pessoas que eventualmente não tenham parte no homicídio de Jonatas. Reclamou que os Juízes Estaduais que atuam nos processos de Execução Fiscal estão alheios ao contexto de violência da Mata Sul de Pernambuco, fato que tem agravado sobremaneira a situação de conflitos agrários. Sugeriu que as denúncias referentes a supostas fraudes ocorridas em leilões de áreas rurais sejam levadas ao conhecimento do CNJ, com pedido de providências. Sugeriu a criação de uma força tarefa, pelo Governo do Estado e as suas Secretarias, com a participação da Procuradoria da Fazenda Nacional e do CNJ para fazer o levantamento das ações que tramitam na Justiça do Trabalho, na Justiça Estadual e na Justiça Federal de Pernambuco envolvendo débitos das usinas falidas, para adoção das medidas subsequentes. Sugeriu a liberação de recursos orçamentários e financeiros para o ITERPE realizar georreferenciamento nas áreas de conflitos agrários, facilitando a atuação conjunta da DPU e DPE, objetivando a possível destinação dos imóveis rurais ao assentamento dos agricultores que os ocupam, se for o caso.

Sr. Edson Guerra, Promotor de Justiça Agrário do Ministério Público Estadual: reclamou do abandono do programa de reforma agrária no Estado de Pernambuco, tanto na esfera federal quanto na estadual; reclamou que a Promotoria de Justiça Agrária de Pernambuco envia inúmeros ofícios requisitando informações acerca

de áreas objeto de conflitos agrários, mas não recebe respostas do Incra, do Iterpe e, eventualmente, de Secretarias Estaduais de Pernambuco, quando é o caso; no que tange à reintegração de posse do Engenho Roncadorzinho disse que peticionou ao Juízo da Comarca de Barreiros, no dia 17/02/2022, requerendo: **a)** a apreciação e decisão de pedidos formulados em parecer emitido anterior anteriormente pelo Parquet, ainda pendente de decisão, no bojo do Processo nº 0000270-18.2019.8.17.2230; **b)** a realização de perícia judicial, para esclarecer a identidade dos polos passivos integrados nos Processos nº 0000088-66.2018.8.17.2230 (reintegração de posse) e nº 0000270- 18.2019.8.17.2230 (interdito proibitório), e delimitar possível com posse exercida pelas partes litigantes (Agropecuária Jarari Ltda – Requerente; Terceiros Incertos e Não Sabidos – Requeridos); **c)** designação do ITERPE para a realização da perícia judicial (com fulcro na Lei Estadual 13.900/09); **d)** designação de audiência de mediação e conciliação das partes, com a participação do INCRA, do ITERPE, do Poder Público Municipal, da SEJUSDH, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreiros/PE, da Associação dos Moradores do Engenho Roncadorzinho, da FETAPE, da Comissão Pastoral da Terra, da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco/NUTHAM, da Promotoria de Justiça de Barreiros e da Promotoria Agrária de Pernambuco; **e)** intimação do INCRA para o realizar a vistoria prévia do imóvel ocupado, ou apontar outra possível propriedade como alternativa para desapropriação para assentamento dos agricultores, o que poderá resolver pacificamente o conflito agrário em questão.

Sr. Humberto Freire de Barros, Secretário de Defesa Social de Pernambuco: disse que a Polícia Civil está atuando de forma intensa na apuração da morte de Jonatas de Oliveira dos Santos; disse estar trabalhando em conjunto com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; no que tange às denúncias de milícias armadas, envolvendo policiais de outros Estados, disse que a Secretaria de Defesa Social fez um mapeamento dos policiais de outros estados denunciados por fazer segurança privada em Pernambuco, sendo alguns identificados, fato que foi levado ao conhecimento dos respectivos Secretários de Segurança dos Estados onde os policiais são lotados, para adoção das medidas pertinentes. Disse que uma equipe da Polícia Militar está no Engenho Roncadorzinho diuturnamente, onde permanecerá pelo período de 6 meses, para proteção dos moradores. Relatou que a Polícia Civil prendeu dois homens e apreendeu um menor, todos suspeitos de

envolvimento no crime e que prossegue com as investigações, na busca de outros possíveis envolvidos e na elucidação da motivação desse crime.

Sr. Eduardo Gomes de Figueiredo, Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco: disse que a política adotada pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos se torna insipiente no contexto dos conflitos agrários, principalmente em razão das dificuldades de logísticas, mas que atua de forma rigorosa no combate às ameaças e mortes no campo, e que monitora os conflitos agrários em Pernambuco através do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, criado em 2012. Reforçou que uma equipe da Polícia Militar está no Engenho Roncadorzinho diuturnamente, onde permanecerá pelo período de 6 meses, para proteção dos moradores.

Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco: determinou a criação de um Grupo de Trabalho, com a participação de diversos órgãos estaduais, para discutir conflitos agrários e fundiários em Pernambuco e agilizar o Programa de Reforma Agrária e Regularização Fundiária no Estado, determinando a realização da primeira reunião desse colegiado para o dia 23.2.2022, cujos convites serão enviados em tempo hábil pela sua assessoria.

Parte III - Conclusões

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal realizaram a Missão Oficial, no dia 18.2.2022, aos Municípios de Barreiros/PE e Recife/PE, em razão do assassinato de Jonatas de Oliveira dos Santos, de 9 anos, ocorrido no Engenho Roncadorzinho. Também foi verificada a situação de conflitos agrários, violência no campo e abandono do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado de Pernambuco.

São os seguintes os encaminhamentos a serem adotados:

- a) Acompanhar o trâmite das investigações da morte de Jonatas de Oliveira dos Santos, de 9 anos, ocorrido no Engenho Roncadorzinho, no dia 10/02/22;

- b) Acompanhar e monitorar o andamento dos processos de desapropriações de imóveis rurais e os conflitos agrários no estado de Pernambuco;
- c) Encaminhar ofício ao Governador de Pernambuco, solicitando: i) a criação da Delegacia de Polícia Civil Especializada em conflitos agrários; ii) a criação da Polícia Militar Especializada em conflitos agrários, facilitando a interlocução com movimentos sociais;
- d) Expedir ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, solicitando a reativação dos trabalhos da Comissão de Conflitos Agrários do Tribunal de Justiça, reiterando o pedido de audiência presencial outrora formulado;
- e) Solicitar audiência remota, com urgência, com o Juiz de Direito da Comarca de Barreiros/PE, para tratar da reintegração de posse do Engenho Roncadorzinho;
- f) Solicitar agenda com a Síndica da Massa Falida da Usina Santo André, para tratar sobre o processo judicial de reintegração de posse do Engenho Roncadorzinho;
- g) Solicitar agendamento de audiência com o Presidente do CNJ, a respeito das denúncias de supostas fraudes em leilões de áreas rurais de propriedade de empresas ou engenhos falidos.

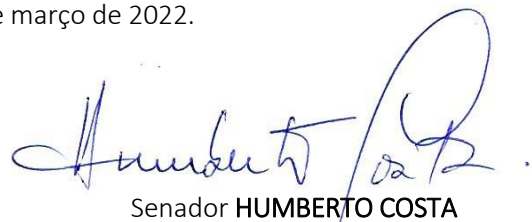
Adla Micheline, assessora jurídica/CDHM-CD, redigi este relatório com base nas reuniões em que, também, participei.

Brasília, 02 de março de 2022.



Deputado **CARLOS VERAS**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e
Minorias



Senador **HUMBERTO COSTA**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa